

# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, DIREITO A CIDADE E PRODUÇÃO DOS MEDOS URBANOS: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS?

SILVA, Caio Cezar Gabriel<sup>1</sup>

## RESUMO

O capitalismo enquanto sistema sócio-econômico predominante no mundo ocidental contemporâneo acabou impondo novas características as cidades. As cidades tornaram-se centro da produção do capital, assim como também espaços de circulação de mercadorias. Os espaços urbanos da atualidade ainda estão submetidos a um ditame de cunho capitalista, ou seja, a cidade enquanto ator social, econômico e político, possuem mais do que nunca, a pura necessidade de se encaixar na economia global. Nessa perspectiva, o atual processo de globalização acabou por puxar as cidades ao novo cenário econômico mundial, processo este que se iniciara com a crise do capitalismo da década de 1970, e a partir daí é perceptível uma radical mudança da funcionalidade e essência das cidades mundiais, em especial os grandes centros urbanos. Assim podemos afirmar que cidades passaram a possuir uma essência modificada: a partir da segunda metade do século XX elas deixaram de ser agentes passivos das estruturas sócio-econômicas globais, e se tornaram os principais personagens do novo espetáculo da globalização. Essas mudanças trouxeram graves conseqüências para a sociedade urbana, pois a cidade que antes era concebida enquanto um espaço de circulação de capital, agora passou a ser um espaço de consumo, uma vez que a *urbes* contemporânea tornou-se o objeto central da lógica capitalista, ou seja, o espaço passou a ter um valor mercantil, tornando o acesso a ela um processo nada democrático e demasiadamente desigual. Nesse prisma de análise, podemos considerar a mercantilização da cidade como um fator essencial para o acirramento da miséria, pobreza, desigualdade de renda e violência no mundo contemporâneo, bem como também é um fator fundamental para a produção dos medos urbanos.

**Palavras Chaves:** Cidade; Segregação; Medos Urbanos; Desigualdade e Capitalismo.

---

<sup>1</sup> Professor do Curso de Gestão Pública da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Licenciado em História e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, ambos pela UFRN. Também é graduando do curso de Direito/Bacharelado pela UERN, bem como é especializando em Ciências Criminais pela PUC-Minas. Tem considerável experiência na área da docência superior, passando por instituições públicas e privadas de ensino. Atualmente tem suas pesquisas e produções afins voltadas para a grande área das Ciências Sociais, Direito e História, especialmente assuntos ligados a violência, pobreza, segregação e periferias. É membro associado da ANDHEP.

## **SOCIAL-ESPACIAL SEGREGATION, ACCESS TO CITY AND PRODUCTION OF URBAN FEARS: WOULD BE HUMANS RIGHTS?**

### **SUMMARY**

Capitalism as the predominant socio-economic system in the contemporary Western world ended imposing new features cities. The cities have become the production center of the capital, as well as spaces of movement of **products**. **Current urban spaces** are still subjected to a dictate of capitalist nature, **in other words**, the city as a social, economic and political actor, has more than ever, the sheer need to fit into the global economy. In this perspective, the current process of globalization ended **boost** the cities to the new global economic scenario, a process that began with the crisis of capitalism in the 1970s, and from there is noticeable a radical change in functionality and essence of the world's cities especially the major urban centers. **Therefore**, we can say that cities now have a modified essence: from the second half of the twentieth century they are no longer passive recipients of global socio-economic structures, and became the main characters in the new show of globalization. These changes have brought serious consequences for the urban society, as the city before it was conceived as a space for the circulation of capital, now has become a space of consumption, since the contemporary metropolises became the central object of capitalist logic, **in other words**, the space now has a market value, making access to it a not too democratic and uneven process. In this perspective of analysis, we consider the commodification of the city as a key to the intensification of misery, poverty, income inequality, and violence in the contemporary world factor, and is also a key to the production of urban fear factor.

**Key Words:** City; segregation; Urban fears; Inequality and Capitalism.

### **INTRODUÇÃO**

Abordar a questão da funcionalidade das cidades no mundo contemporâneo é também atentarmos os olhares para as questões que giram em torno da desigualdade e exclusão social, pobreza e a violência generalizada. Partido dessa análise intrínseca entre cidade moderna e fenômeno social pode cair na seara analítica a cerca de um fenômeno antigo, que nos remete ainda as cidades industriais do século XIX, mas que só veio a se tornar mais explícita e perversa com novos efeitos para as camadas sociais urbanas: segregação sócio-espacial.

A abordagem dessa questão é possível devido a existência de um relativo consenso nos estudos acadêmicos de que as questões sociais estão intimamente ligadas às questões urbanas no Brasil, na medida em que com o decorrer dos anos a população nacional tende a tornar-se hegemonicamente urbana, e esse processo generalizado da ocupação das cidades traz consigo efeitos perversos embutidos, como desemprego estrutural, pobreza, disputa pelo solo urbano e conseqüentemente segregação socio-espacial e violência.<sup>2</sup>

Dessa maneira, a cidade - em especial os grandes centros urbanos – tornou-se nos últimos tempos o foco de atenção dos pesquisadores devido ao seu alto grau de complexidade no que se refere a fenômenos socioeconômicos. Para muitos autores, o debate sobre este tema não pode ser dissociado dos problemas históricos e estruturais decorrentes da forma de ocupação do espaço urbano nas grandes cidades brasileiras, que, por sua vez, é também resultado dos elevados níveis de desigualdade de renda e pobreza no país. Em suma, o assunto é um debate complexo, e está ligado diretamente também a questão do planejamento urbano, das profundas reformas institucionais e políticas e também do planejamento de políticas sociais.

Portanto, o seguinte artigo parte da premissa de que os problemas de cunho social que afligem as cidades hodiernas são resultados da modificação da estrutura e funcionalidade econômica. Portanto, o trabalho tem como foco específico analisar o fenômeno da segregação sócio-espacial partindo da abordagem da literatura pioneira marxista.

---

<sup>2</sup> Davis (2006) trata da questão dos efeitos perversos do “boom” urbano contemporâneo e a favelização dos países subdesenvolvidos.

## 1. SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL: DO CONCEITO A SUA EXISTÊNCIA CONCRETA

Para a revisão marxista, a cidade ocupa uma posição central em meio à nova economia globalizada, ou seja, desde a crise do capitalismo da década de 1970 as cidades passaram não a ser somente o espaço de acúmulo de produção, e sim também de produção e circulação desse capital. A própria definição de espaço urbano vem calcada de uma acepção mercadológica, onde “em relação à condição da produção (ou da reprodução), espaço é um bem que pode ter um preço: preço do solo, da renda fundiária, em resumo, é o que se pode chamar de *tributo fundiário*.” (Lipietz, p. 126, 1987). Portanto, as mais variadas formas de exclusão sócio-espacial, baseado nessa idéia, se dão por meio das condições de acesso ao solo urbano.

É fato que a análise de cunho marxista contribui para subsidiar uma explicação lúcida sobre os processos de segregação socio-espacial, em especial quando a abordagem é deferida em escala comparativa entre cidades ou em escala do intra-urbano. Assim o conceito de espaços segregados se refere a ambientes detentores de altos índices de problemas socio-estruturais em virtude da exclusão do capital e do Estado, onde a população local não está inserida no escopo dos espaços políticos.

Esse prisma de abordagem das cidades é oriundo das contribuições teóricas do chamado “estruturalismo marxista”, que teve como seu borjo germinal as décadas de 1960 e 1970. Autores como Manuel Castells e J. Lojkin sofreram uma influência direta das leituras de L. Althusser (1998)<sup>3</sup> e a consequência dessa influência foi o remanejamento da abordagem sobre a cidade e suas relações com o capital, esta que passou a ser observada enquanto um reflexo da estrutura social:

Estrutura subordinada ao modo de produção, enfatizando quer o espaço como o da reprodução da força de trabalho quer o espaço como o dos meios de consumo coletivo. As questões urbanas – a aglomeração, a segregação, as políticas urbanas, os movimentos sociais – são vistos como processos inerentes a contradições capitalistas que se manifestam na cidade. (VÉRAS, 2000, p. 16)

O pensamento marxista traz a tona a questão urbana como um conjunto de problemas que é resultado do constante processo de reestruturação do sistema capitalista,

---

<sup>3</sup> Althusser (1998) tem influencia direta da filosofia marxista. Para o autor, o Estado e os seus aparelhos ideológicos, como Igreja, justiça, a política e cultura, são os grandes responsáveis pela formatação da estrutura social, e consequentemente de opressão. Há no autor uma visão de poder perpetrado pelo Estado.

assim os estudos passaram a denunciar o germe dos problemas urbanos a partir da “propriedade privada do solo, das desigualdades de acesso aos equipamentos, da desigual disponibilidade dos serviços urbanos, da habitação tratada como mercadoria inacessível as camadas de menores rendimentos, da existência de bairros populares e extensas periferias desequipadas” (VÉRAS 2000, p. 16).

Segundo Véras (2000), a cidade capitalista é marcada pelas profundas diferenças sociais, econômicas e espaciais, em que estas são produtos do crescente processo de globalização da economia que deixou mais transparente a vista dos indivíduos o “terceiromundismo dos centros urbanos, revelando uma imensa massa de excluídos, polarização das classes, gênero e raça, com crescente número de sem-terras, sem-habitação, carentes de serviços urbanos básicos” (VERAS 2000, p. 20)

A polarização de classes é o reflexo da predominância do capital nas questões urbanas. Em relação à afirmativa, Gilbert (1998, apud, Bogus e Taschner 2001) faz uma importante ressalva ao se adotar conceitos únicos que são aplicados a fenômenos tão amplos, e exemplificando essa idéia, o autor utiliza o conceito de *ciudades mundiais* difundido por Saskia Sassen. Para Gilbert (1998), o conceito carrega consigo uma impregnação dualista, onde a categorização de cidades de acordo com a sua finalidade perante o sistema financeiro global moderno acaba também polarizando as suas classes sociais. O autor observar que essa dualização pode ser inevitável nas cidades de economia de primeiro mundo, uma vez que a economia global de fato encontra-se “desigual e volátil” (Gilbert 1998, p. 174 apud Bogus e Taschner 2001). No entanto, quando voltamos nossos olhares aos países da América Latina, essa perspectiva dualista se torna frágil, pois a pobreza e a desigualdade nos países do cone sul estão e são mais incertas. Uma crítica positiva que essa perspectiva dualista realiza é em relação ao processo de globalização contemporâneo, em que o novo modelo econômico adotado está aprofundando as desigualdades em níveis alarmantes, mas de modos variáveis no espaço.

Com um olhar um tanto diferenciado sobre o espaço urbano, Marcuse (1996, apud, Bogus e Taschner 2001) foge levemente dessa tendência ao analisar a cidade de Nova York. Apesar de estratificar a ocupação do espaço urbano através da classe, o pensamento de Marcuse (1996) se mostra revelador quando é suscitado o conceito de *cidade fragmentada*, onde :

Nas áreas residenciais os espaços são correspondentes a moradias de alto padrão; na cidade renovada e remodelada é local dos *yuppies*; à cidade suburbana ainda é o reduto tradicional da classe média; à cidade de aluguel é o *locus* dos cortiços e das pequenas unidades de locação; e à cidade abandonada, que é o local dos excluídos, dos sem-teto, da pobreza mais aguda. (Marcuse 1996, apud, Bogus e Taschener, 2001, p. 33)

Apesar de “fragmentada”, a cidade para Marcuse (1996) é uma unidade organizada a partir da ocupação de zonas em consonância a condição de classe social. A sua análise é importante para vermos que a cidade não está submetida unicamente a uma lógica do capital (no sentido econômico da palavra), e sim também ligada a questão do caráter simbólico. Podemos nos utilizar das idéias de Bourdieu (1992), quando afirma que os símbolos são formas de “integração social”, conseqüentemente a apropriação do espaço por classes abastadas acaba provocando o que Marx já conceituava de “fetiche”, pois a valorização da terra gera fortes simbologias atreladas ao poder de consumo, ocasionando a subida efetiva de seus valores e impedindo o acesso dos mais pobres a elas, fortalecendo assim os processos de segregação sócio-espacial.

Com o novo papel exercido pelas cidades do mundo contemporâneo<sup>4</sup> a exclusão se dar também pela capacidade de acesso a ela. Para os autores mais enfáticos, a cidade tornou-se uma espécie de mercadoria a ser consumida, e os elementos seletivos de inclusão social dar-se por meio da escolha de um público altamente qualificado<sup>5</sup>. Os fenômenos da pobreza e exclusão sócio-espacial ganham um caráter quantitativamente diferente nas grandes cidades - e centros das relações capitalistas modernos - em oposição às cidades menores. Mas o processo de concepção desses fenômenos é idêntico:

Poder-se-ia explorar um pouco mais a maneira como a transformação da cidade em mercadoria (de luxo) repercute um olhar lançado sobre a pobreza. A transfiguração da pobreza em ambiente foi explicitamente formulada pelos catalães, quando incluíram no que chamam de entorno social o peso da pobreza. Os pobres são entorno ou ambiente pela razão de que não se constituem, nem autóctones, nem os virtuais imigrantes, em demanda solvável. Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infraestrutura, subsídios, favores fiscais, apoios

---

<sup>4</sup> Para Sassen (2004) “um elemento importante na produção desse sistema econômico global, é a produção de toda uma série de serviços altamente especializados para as empresas, e a cidade é ainda o lugar mais importante para a produção desses serviços”

<sup>5</sup> No entanto, deixamos claro que essa mercantilização do espaço urbano é mais freqüente em cidades cuja as relações com empresas e indústrias transnacionais são mais intensas, onde essas cidades são denominadas de *cidades globais* (Sassen, 2004)

institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado. (VAINER, 2000. p. 82)

Nota-se que o conceito de exclusão social é relativizado também através do espaço, ou seja, o excluído das esferas social “formal”, econômica e política, quase que em uma relação de ação e reação, acaba por se tornar um excluído na perspectiva espacial.

No que se refere ao emprego contínuo do conceito de “excluído”, devemos atender a algumas ressalvas. Inclusive torna-se digno de nota para o presente trabalho situar o conceito de exclusão não somente no espaço, mas sim também sob outras perspectivas. De acordo com Oliveira (1997), primeiro de tudo devemos ter o cuidado peculiar de nos remetermos a qual esfera do inserido/fora estamos nos remetendo, ou seja, a dimensão que adotamos para qualificar e quantificar um indivíduo, ou uma classe, sob o prisma da questão social é fundamental para analisarmos os processos de segregação espacial.

Durante os anos 1970 e 1980, a questão da inclusão/exclusão na sociedade capitalista girava em torno do mercado empregatício. Na década de 1990, a abordagem da questão social sob o ponto de vista mercadológico e financeiro tornou-se efêmero, pois parte da literatura (Oliveira 1997, Lago 2000) nos mostra que o emprego é uma variável reduzida, uma vez que se o desemprego estrutural for o único sintoma da exclusão social, e caso adotássemos essa alternativa para explicar esse processo dialético socioeconômico, o Brasil poderia ser equivocadamente colocado como um Estado que não romperá com as amarras dos problemas sociais, e a questão seria reduzida a uma visão pura e unicamente econômica, assim como também os avanços alcançados nos últimos decênios não teriam importância alguma. Portanto, no seguinte trabalho o conceito de exclusão passa a ser adotado pela abordagem predominante na academia brasileira a partir da década de 1990, onde a “nova exclusão” propiciou ao problema um caráter mais humanizado, ou seja, a exclusão além de está ligada intimamente às falhas e brechas dos sistemas econômicos mundiais, aqui ela passa a ser também atrelada ao poder e capacidade de inserção do indivíduo na sociedade “formalizada”. O novo excluído não é somente mais aquele indivíduo, ou classe, que ficou de fora dos grandiosos projetos progressistas estatais predominantes até a década de 1970, e sim é também aquele sobre o qual se abate “um estigma, cuja consequência

mais dramática é a sua expulsão da própria órbita da humanidade, isso na medida em que os excluídos passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçadores e por isso mesmo passíveis de serem eliminados”<sup>6</sup> ( OLIVEIRA 1997, p. 51-52).

Trazer essa análise a luz das questões urbanas é importante devido aos novos padrões de segregação predominantes nas cidades brasileiras. O exemplo mais plausível é a auto-segregação, processo este que consiste na locomoção das novas classes médias e altas urbanas para espaços situados no entorno das cidades. Esse processo quebrou com o paradigma dominante durante muitos anos na análise dos espaços intra-urbanos, pois a questão da ocupação do solo a partir da classe e da renda passou a se comportar em uma dinâmica muito mais complexa. Em suma, devido às novas dinâmicas sócio-espaciais, o segregado espacialmente nem sempre está ocupando a base da estratificação social.

No Brasil, a questão da pobreza urbana, da exclusão e os processos de segregação espacial vêm sendo analisada pela sociologia desde a década de 1970. A literatura que analisou esse processo afirma que o modelo de ocupação do solo está ligado diretamente ao padrão de urbanização periférica, que por sua vez foi a marca do processo de metropolização brasileira. Esse processo é marcado pela fusão do aumento da modernização da economia e o crescimento da produtividade, com a prática da exploração da classe proletária. Nessa perspectiva, criou-se um modelo de urbanização segregador, uma vez que as políticas de Estado voltaram-se para o atendimento das necessidades do grande capital no que se refere à infra-estrutura urbana e outros serviços.

Não obstante as *periferias* passaram a ser concebidas, em especial pelas leituras da década de 1970 como “espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades das áreas metropolitanas” (TORRES *et al* 2003, p. 2 ). Ainda, esses espaços geralmente são formados por loteamentos ilegais e irregulares de grandes propriedades, que conseqüentemente não atendem ao mínimo das exigências de órgãos oficiais para a implementação de habitações, assim com também fogem aos padrões mínimos, onde as formas mais

---

<sup>6</sup> Um exemplo prático da afirmativa de Oliveira (1997) pode ser sentido e visto através de inúmeros episódios de chacinas vivenciados no Brasil na década de 1990, entre as mais conhecidas são: o massacre da casa de detenção de São Paulo – ou o “massacre do Carandiru” – em 1992; as chacinas da favela Vigário Geral e da Candelária, ambas no Rio de Janeiro em 1993. Nota-se que os alvos desses episódios macabros foram pobres, negros e população de rua.

comuns de moradias pobres são as favelas e as autoconstruções (TORRES *et al* 2003, p. 2)

A abordagem intrínseca sobre pobreza urbana e segregação sócio-espacial nos direciona a observações mais responsáveis em relação ao espaço urbano brasileiro. Essa relação é presente nas cidades do Brasil (porém complexas), em especial nas grandes e regiões metropolitanas, possuem características particulares na medida em que nestes espaços se fomentam altos índices de segregação residencial de bairros a partir da sua espacialização através de classes específicas<sup>7</sup> Esse fenômeno urbano no Brasil acaba por influenciar na formação, do que Santos (1993, apud, Villaça 2001) denomina de *sítios sociais*, ou seja, a sociedade é seletiva no que diz respeito aos lugares, sempre procurando ambientes de acordo com seus anseios.

É nítido que a leitura brasileira a cerca do tema bebeu da fonte da sociologia norte-americana da Escola de Chicago. A sociologia oriunda da Escola de Chicago denomina de *segregação ecológica* (GISTE e FAVA p. 159, 1968 apud VILLAÇA 2001) o fenômeno em que os indivíduos, por serem diferentes entre si e interdependentes, acabam definindo espaços que lhes considerem desejáveis e venham a atender seus anseios, ou seja, podemos compreender a definição do termo a partir da idéia de que um grupo seletivo de indivíduos se concentram em determinado espaço, tendo em comum suas peculiaridades, sejam elas econômicas ou culturais. Nessa perspectiva, os teóricos da Escola de Chicago compreendem que a partir do fenômeno da Segregação ecológica se subdividem outras duas formas de segregação urbana: a voluntária e a involuntária. A primeira se refere a grupos, que por iniciativa própria, procuram dividir o mesmo espaço com segmentos sociais de mesmas características. Já a segunda forma de segregação é forçada, e trata-se da expulsão, pelos mais variados fatores, dos pobres urbanos de determinados espaços da cidade. Os efeitos desses processos são a concentração da pobreza em detrimento a dispersão da periferia.

O fenômeno da segregação socio-espacial assumem formas peculiares que variam de ambientes, como é o caso da segregação nos estados norte-americanos, e é importante colocarmos essa questão comparativa para alçarmos visões a cerca do comportamento do fenômeno em um país de economia avançada, em contrapartida a um Estado de economia em desenvolvimento, ou pobre.

---

<sup>7</sup> Villaça (2001) critica Castells (1975) pelo fato do autor ao abordar o processo de segregação espacial levando em conta a condição do indivíduo, quando na verdade se trata de um processo de classes.

Nas cidades brasileiras, o padrão de segregação corresponde majoritariamente à forma involuntária de deslocamento dos mais pobres para regiões indesejáveis. De acordo com Villaça (2001), nas metrópoles brasileiras “há segregações das mais variadas naturezas” e isso traz a idéia de que as cidades do país não produzem um único modelo de exclusão territorial, e sim diversos, como é o caso da segregação étnica ou por nacionalidades. Sendo assim, Villaça (2001) afirma que segregação pode ser compreendida a partir da idéia de que “é um processo segundo o quais diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Torres *et al* (2003) realiza uma verdadeira explanação bibliográfica sobre a problemática da segregação sócio-espacial e afirma que a literatura acadêmica sobre o padrão de urbanização excludente no Brasil classifica as causas da segregação em três grupos teóricos de análise: 1) *Mercado de trabalho e estrutura social*: para esse segmento (Valladares e Coelho 1987, apud, Torres *et al* 2003) as causas da segregação socio-espacial nas cidades brasileiras são efeitos da estrutura social e do mercado de trabalho. As recentes transformações estruturais no país estão entre os motivadores. Dessa maneira, as péssimas condições de vidas nas periferias e favelas estão associadas às lacunas existentes na estrutura econômica; 2) *a dinâmica do mercado imobiliário e a produção de moradias*: nesse modo de pensar o fenômeno, há duas vertentes teóricas, onde uma está voltada para a explicação das estratégias dos grandes incorporadores imobiliários, na qual sua capacidade de especular e lucrar com a terra desocupada acaba por ser o grande fomentador da organização do malha urbana (Ribeiro 1997 apud Torres *et al* 2003), e a segunda premissa afirma que o mercado imobiliário tem a alta capacidade de alocar pessoas e atividades no espaço a partir de pequenos mecanismos de valorização da terra. Esses seriam os grandes ocasionadores da segregação dos mais pobres; 3) *políticas estatais*: os pensadores dessa perspectiva analisam a capacidade do Estado, através de mecanismos diretos ou indiretos, em promover a segregação, ou seja, quando o Estado age implicitamente em favor do capital especulativo ele cria estratégias de controle e valorização do solo através de mecanismo jurídicos, como a legislação ( Rolnik 1997 apud Torres *et al* 2003). A ação mais explícita é o “zoneamento” de áreas, onde governos as selecionam para “congelar” os benefícios urbanos em função das classes mais ricas. O encarecimento do preço do solo constitui-se como uma forma de fronteira a impedir o acesso dos demais às essas zonas. Essa seletividade gera a valorização imobiliária dos bairros em detrimento da degradação de outros, uma vez

que as políticas públicas de infra-estrutura urbana voltam seus olhares para os ambientes ocupados pela burguesia<sup>8</sup> urbana e criam verdadeiras vias de atratividade para essas classes privilegiadas. Esse fenômeno não é estático, pois no decorrer de cada tempo histórico os espaços ganham e perdem valores ( Marques e Bichir 2001, apud, Torres *et al* 2003). Há também as ações mais diretas, que são explanadas por meio de políticas remocionistas, onde comunidades inteiras são remanejadas de seus locais compulsoriamente para dar espaço a especulação (Fix 2001, apud, Torres *et al* 2003).

No Brasil, é bastante provável que os três processos ocorram simultaneamente, pois é fatídico que indivíduos que estejam na base da situação social tendem a viver em condições estruturais mais precárias, e conseqüentemente sua oportunidade de escolhas, em especial no que concerne ao espaço, são mais restritas. Assim como também é verdade que a especulação do uso da terra fecha aos pobres a opção de acesso a ela, é verídico que o Estado também é um agente fomentador dessas desigualdades.

## **2. OS IMPACTOS EFETIVOS DA SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL: A CONSTRUÇÃO DOS MEDOS URBANOS.**

Atualmente, as periferias urbanas do mundo moderno vêm se consolidando como pauta de temática, ou de discussão no cinema, na política, na imprensa e na academia. O assunto também tem se tornado a “coqueluche” do cinema nacional, em que filmes como *Carandiru* (Direção de Hector Babento, 2003) e *Tropa de Elite 1 e 2* (Direção de José Padilha, 2007 e 2010) ressaltam de maneira crítica a questão do mundo do crime, as crises institucionais, a corrupção estatal, a militarização da questão urbana, a discrepância entre espaços público e privado e a própria essência da questão social brasileira. A periferia, sendo perpassada por outras temáticas como violência, pobreza, crime e segurança pública, também foi pauta quando fora lançada a eleição presidencial de 2010, onde o tema se tornava um dos assuntos prediletos a ser questionado pelos eleitores.

---

<sup>8</sup> Burguesia é uma típica expressão de Karl Marx para alcinhar a classe socio-economica formada pelo senhorio industrial da Inglaterra do final do século XIX, no qual detinham os meios de produção e exploravam a massa proletária. Nota-se que o termo as vezes é utilizado de maneira anacrônica para adjetivar segmentos sociais modernos.

Como sabemos, a discussão ganha grande força<sup>9</sup> a partir do crescimento de dados estatísticos da criminalidade violenta<sup>10</sup>, e não obstante os homicídios, o tráfico de drogas em varejo, os sequestros, os crimes protagonizados por adolescentes, a atuação de grupos de extermínio e as chacinas passam a ser associados diretamente – e fortalecido pelo senso comum e pelo sensacionalismo midiático – às periferias e favelas. A consequência dessa fomentação é imediata: logo esses espaços são vistos como ambientes naturais de propagação de uma violência gratuita e banal, ou seja, a periferia passa a se constituir como lugar de alto potencial germinal ao crime e à transgressão, e através de um conjunto de fatores que possibilitam a dilapidação de sua imagem, transforma-se em espaço a ser temido e evitado.

O processo de construção da imagem da periferia não é uma exclusividade do Brasil contemporâneo. No decorrer de variados recortes históricos de nossas cidades, a periferia ganhou imagens – na maioria das vezes subvertida e perversa - constituídas a partir de múltiplos agentes (classes médias ou outros fomentadores de imagem como a mídia e as entidades do Estado). O exemplo mais clássico da construção de um imaginário social – especialmente elitista - acerca desses espaços são os discursos elaborados sobre as favelas cariocas:

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia, em ofício sob nº 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz estar no morro da providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja família no local designado, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do exército, não há rua, os casebres são construídos de madeira e zinco, se não existe em todo o morro só um bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa pelo

---

<sup>9</sup> Essa discussão é presente no Brasil desde os anos 1970, em especial relacionado às periferias e temas adjacentes. No entanto, a partir da década de 1980 os embates ficam mais intensos e presentes devido às mudanças políticas, sociais e econômicas que o país experimentava na época. Ver Zaluar (2006).

<sup>10</sup> O Ministério da Justiça reconhece que o aumento vem se dando de maneira dispersa no Brasil, variando de espaço, ou seja, não há como analisar a questão das taxas exemplificando uma cidade ou município e generalizá-la como padrão comum para Todo o país. Um exemplo disso é que em aproximadamente 48% dos crimes violentos letais e intencionais ocorreram na região sudeste e 30% ocorreram na região nordeste. São Paulo foi o Estado onde ocorreu o maior número destes crimes nos dois anos, concentrando 20% dos crimes ocorridos no Brasil. Por outro lado, Roraima foi o Estado brasileiro onde se registrou o menor número de ocorrências deste tipo de crime. Comparando às taxas dos diversos Estados, verificamos que as maiores taxas encontram-se em Pernambuco, Espírito Santo e no Rio de Janeiro, e as menores taxas encontram-se em Santa Catarina e Piauí. Entre os municípios com população acima de 100 mil habitantes, verificamos que os seguintes municípios se destacam por possuírem as maiores taxas de número de registro de ocorrências de crimes violentos letais e intencionais por 100 mil habitantes, nos anos de 2004 e 2005: Jaboatão dos Guararapes (PE), Olinda (PE) e Cariacica (ES). Disponível em <[www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br)>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.

menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas. (Arquivo Nacional, 04 nov. 1900. In: ZALUAR e ALVITO, 2006, p. 8).

O referido documento nos remete aos primórdios da República brasileira, o início do século XX. No entanto, é explícito como é tratada a questão da favela perante as autoridades públicas do período: além do batido discurso eugenista, balizado por uma ideologia higienista, a ausência de uma percepção de problema social para a questão, aliada a uma concepção militarista são fatores que alimentam ainda mais um imaginário horrendo a despeito desses espaços. No trecho, o Morro da Providência é o espaço geográfico em questão. Observamos que, através da documentação primária, é explícito como o Estado entrelaçava em uma mesma raiz diversas questões, como preceitos morais (quando o relator nega a existência de “família” na localidade e a presença de “vagabundos”), questões de ordem urbana (quando são descritas as péssimas condições de infraestrutura) e militarista (quando afirma a necessidade de uma dura repressão contra os “malfeitores” da região), e que ainda, o assunto, no que se refere à segurança pública, sempre acompanhou a questão urbana no País.

Independente do tratamento que o Estado dá a essa questão, as consequências da fomentação de uma imagem de periferia a partir de uma ótica “alheia” são delicadas, e os efeitos para a elaboração de políticas públicas são geralmente vazios.

No entanto, esse fator não exige a presença real do sentimento de medo massivo nas cidades brasileiras, assim como a existência de uma criminalidade violenta e a pura sensação de insegurança. Sendo assim, Souza (2008) afirma que o senso comum costuma julgar os fatos à própria luz de seu tempo, e não seria errôneo afirmarmos que “a imprensa e a população em geral não estariam exagerando ao se dizerem preocupados, impressionados e horrorizados com a criminalidade violenta e a insegurança” (SOUZA 2008, p. 52).

O que diferencia o medo coletivo de “antes” e “depois”<sup>11</sup> nas cidades brasileiras, é que nos tempos atuais o temor de vitimização possui uma alta capacidade de influenciar o cotidiano das pessoas, os padrões de circulação no espaço, no habitat e

---

<sup>11</sup> Aqui a denominação “antes” e “depois” está atrelada a uma ordem cronológica. Notamos que esse medo construído em relação ao crime, a vitimização e as periferias nos remete aos primórdios da História de nossas cidades, em especial ao final do século XIX. No entanto, esse temor coletivo ganhou nova feição a partir da década de 1980, e tornou-se mais intenso nas décadas de 1990 e 2000, quando o espaço urbano passa a ser alterado em virtude dessa sensação e imaginário coletivo.

nas formas espaciais, em suma, constroem uma cidade dominada pelo medo, o que Marcelo Lopes de Souza denomina de *Fóbopolis*:

*Fóbopolis* é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivadas das palavras gregas *phobos* que significa “medo”, e *polis* que significa “cidade”. A palavra condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa, o que se relaciona a fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil. (SOUZA 2008, p. 9)

Essa angústia monumental é concreta na medida em que a sua justificativa parte da premissa de fatos reais da vida cotidiana ou pela exposição de estudos quantitativos, como os mencionados. Porém, a relação entre o medo de viver nas cidades e o risco real de ser vítima de alguma forma de criminalidade violenta nem sempre são compatíveis e varia no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, Souza (2008), além de nos alertar para a necessidade de uma investigação mais detalhada acerca do fenômeno, também mostra que a exacerbação do medo ainda é aguçada pela “amplificação” e “retroalimentação” por meio da mídia, uma vez que “o crime rende boa manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência (...) e bons negócios como a venda de carros de passeio blindados, armas, condomínios fechados e serviços de empresas de segurança particular” (SOUZA 2008, p.30).

A abordagem do medo coletivo e das *inseguranças* não é pauta exclusiva do Brasil. Rebotier (2010, p. 148) afirma que as condições de emergência da insegurança, do medo ou do risco,

“como bases de uma narrativa urbana contemporânea na América Latina, pode ser sintoma de uma urbanidade emergente no final do século XX. No atual cenário latino americano, a insegurança urbana impõe-se como questão pública nacional”.

Ainda de acordo com o autor, na América Latina, a sensação generalizada de insegurança que está diretamente atrelada às mudanças nos campos político, econômico e social no plano local das cidades parece estreitamente relacionada a uma nova identidade urbana, baseada na desconfiança e no desafio, e o mais importante, é que essa fabricação da insegurança envolve “um regime de sociabilidade e certa atmosfera social, tendo uma dimensão emocional que contribui para definir padrões de relações

sociais, modos de convivência e de interação social na cidade” (REBOTIER cf.2009, p.2).

Em sua pesquisa, Rebotier (2010) mostra o quanto a construção de uma lenda urbana<sup>12</sup> a respeito das inseguranças acaba por definir uma territorialização das classes sociais, formação do espaço urbano, implementação de políticas públicas e a mudança no hábito diário das pessoas. Pesquisando sobre o bairro de Santa Clara, situado no município de Baruta, no interior do distrito metropolitano de Caracas, o autor percebeu que a insegurança produz práticas e sentimentos também ambíguos, pois constatou que, se de um lado a população local diminuiu a frequência de presença em espaços públicos e começou a rechaçar outros setores da conjuntura social:

Quer sejam marginais, antissociais ou empregados domésticos a vizinhos, ou mesmo aos *encapuzados*, motoqueiros e outros *anjos negros* associados a uma vida urbana insegura, com frequência mencionada na imprensa, tanto nas crônicas negras como na cobertura de distúrbios políticos (REBOTIER, 2010, p. 155)

- por outro implicou em interações sociais bem mais locais:

O medo, a privatização dos espaços públicos, a sempre crescente defesa dos espaços privados e a tendência à autoproteção terminam por acionar diversas estratégias: redes de telefone, de rádio ou de correio eletrônico e procedimentos de segurança, às vezes com moradores armados. Medo e desafio estão na base de uma sociabilidade local, espécie de urbanidade do medo, centrada nas *urbanizaciones* como unidades de vizinhança, acentuando a homogeneidade social local e o rechaço da diferença em outra escala. (REBOTIER 2010, p. 156)

Notamos que, além de uma modificação do espaço local e de suas íntimas relações sociais, a insegurança fomenta uma indústria de parafernalias tecnológicas com o objetivo de amenizar o temor da vitimização.

---

<sup>12</sup> A lenda urbana é uma narrativa que é “pervasiva inclusive quando as pessoas não a experimentam concretamente. A lenda urbana não apenas diz o real, mas contribui para fazê-lo. É performativa. A lenda urbana contribui para moldar as experiências urbanas, as características dos espaços e as práticas territoriais.” (REBOTIER, 2010, p. 149).

## Considerações Finais

As conseqüências dos jogos políticos e econômicos, que elegem a cidade ao patamar de mercadoria, acarretam em sérias conseqüências para os mais pobres dos espaços urbanos. Essa exclusão no espaço incide diretamente na exclusão social, desqualificando o indivíduo da “sociedade formalizada” e conseqüentemente transformando-o em “ser descartável”.

## REFERÊNCIA

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. (Edição revisada, acompanhada de Pós-fácio (1975) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GILBERT, A. **World cities and the urban future: the view from Latin America**. In: Lo, Fu-Chen e Yeung, Y- M (ed.). *Globalization and the world of large cities*. Tóquio, UN University Press, 1998. p.174-202.

MARQUES, Eduardo Cesar; TORRES, Haroldo da Gama. **Pobreza e Distribuição Espacial de Grupos Sociais na Metrópole de São Paulo**. In: MARQUES, Eduardo Cesar; TORRES, Haroldo da Gama (org) *São Paulo 2004: Segregação, Pobreza e Desigualdade Social*. No prelo.

MARX, Karl. **O Capital**. DIFEL Editora: São Paulo 1982, Vol II

OLIVEIRA, Luciano. **Os Excluídos Existem? Notas Sobre a Elaboração de um Novo Conceito**. In: RBCS, ano 12 nº 33, fevereiro de 1997

SASSEN, Saskia. **Globalização da Economia e as Cidades**. In: SCHIFFER, Sueli (org). *Globalização e estrutura urbana*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

REBOTIER, Julien. **A fábrica da insegurança: Entre lenda urbana e gestão (Caracas)**. Tradução de Fernando de Luiz Brito. In: Revista de Sociologia Tempo Social: USP: São Paulo. Ano 22, nº 2, novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Seguridad urbana y urbanismo del miedo: comportamientos defensivos y distanciaci3n social en Caracas**. Comunica33o Rethinking inequalities. LASA: Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fob3pole: O Medo Generalizado e a Militariza33o da Quest33o Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 288 p.

TORRES, Haroldo da Gama *et al* . **Pobreza e Espaço: Padrões de Segregação em São Paulo**. In: Revista Estudos Avançados. Ano 17, n° 47, 2003.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando olhares: Uma Introdução a Construção Sociológica da Cidade**. São Paulo, Educ-Studio Nobel, 2000

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.

VAINER, Carlos. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos e ARANTES, Otilia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs). **Um Século de Favela**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 372 pg.